



Sindipetro RJ FNP
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

21 3034-73 00
sindipetro.org.br
contato@sindipetro.org.br
ACESSE NOSSAS MÍDIAS



ANO 8 - Número 435 - 26 de março de 2026



**PRIVATIZAR
FAZ MAL AO
BRASIL**

Soberania em xeque:

A urgência da reestatização da BR Distribuidora

A privatização da BR Distribuidora em 2019 foi um crime de lesa-pátria que entregou a maior rede de combustíveis do país ao capital estrangeiro. Por “preço de banana”, R\$ 9,6 bilhões, equivalente a praticamente três anos de lucro, essa empresa estratégica de 7.703 postos foi para as mãos de investidores internacionais, consolidando o plano de desinvestimento aprofundado sob Temer.

Essa política entreguista retirou do Estado o instrumento fundamental para regular o mercado interno, deixando o povo brasileiro refém da ganância das distribuidoras privadas e da volatilidade internacional.

Embora acelerada por Temer e Bolsonaro, a política entreguista nasceu na gestão Bendine com o Plano de Negócios 2015-2019, que fixou as metas agressivas de desinvestimento e a busca por “parceiros” para a BR Distribuidora. Sob Temer, essa medida emergencial virou estratégia, com a instituição do PPI para atrelar o combustível ao dólar e favorecer importadores privados. Esse movimento foi consolidado com a abertura de capital da BR Distribuidora em 2017 e a venda da NTS por US\$ 5,19 bilhões, transformando o desinvestimento em uma política de Estado voltada à desverticalização da cadeia de petróleo e ao sucateamento do refino nacional.

A entrega da BR Distribuidora em 2021 criou a Vibra Energia. Hoje, controlada por fundos estrangeiros como BlackRock e GIG, a Empresa atua como um atravessador que sequestra as reduções de preço da Petrobrás para inflar lucros privados. Ou seja, a venda da BR Distribuidora serviu apenas para transferir renda a acionistas estrangeiros e aprofundar nossa dependência.

O resultado prático é o escândalo atual que estamos vivendo; enquanto a Petrobrás segurou o diesel em R\$ 3,30, as refinarias privatizadas e as distribuidoras estrangeiras jogaram o preço para R\$ 5,70. Dados da ANP e do Inep provam que essas empresas ignoraram as isenções de impostos do governo (PIS/Cofins) e embolsaram o desconto para aumentar seus próprios lucros, deixando o povo brasileiro pagando a conta da privatização na bomba.

Por isso, defendemos que a reestatização da BR Distribuidora, das refinarias e das FAFENs é uma medida urgente para recuperar a soberania energética e combater a inflação. A fragmentação da cadeia produtiva deixou o consumidor à mercê de monopólios privados, que praticam preços até 20% superiores

aos da Petrobrás. Retomar essas empresas é o caminho para reintegrar a produção “do poço ao posto” e garantir o controle estatal sobre os preços finais.

Lula prometeu retomar o controle da distribuição, reestatizar a BR e as FAFENs, além de extinguir o PPI. Contudo, apesar do anúncio em 2023, a Petrobrás manteve preços alinhados à paridade internacional até maio de 2025. Somente agora, em março de 2026, é que a nova estratégia comercial se concretizou de fato, reduzindo o preço do diesel nas refinarias para um patamar 18,1% abaixo da estimativa do antigo PPI.

O governo Lula tem dito que em algum momento voltará ao varejo. É fundamental que esse movimento não seja apenas uma estratégia de véspera de eleição, mas um projeto sério de soberania.

Importante ressaltar também que é preciso garantir as condições certas para essas medidas anti privatistas. Para que a reestatização seja efetiva, ela deve ocorrer com operação e empregados próprios, rompendo com o modelo de precarização visto nas FAFENs e nos afretamentos da Bacia de Campos.

Como debatemos na campanha do ACT e na greve histórica de dezembro de 2025, a atual gestão da Petrobras prioriza acionistas em detrimento dos trabalhadores e do povo. A reestatização da BR Distribuidora surge também como um ajuste necessário para corrigir esse caminho.

Estamos perante a nova ofensiva de Trump contra a soberania latino-americana, do criminoso novo embargo à Cuba, ao roubo petróleo venezuelano. A escalada militar contra o Irã disparou o Brent para quase US\$ 120 neste mês de março, marca que remete aos históricos choques do petróleo das décadas de 1970 e 1980. Esse aumento não reflete apenas a escassez real, mas a ganância capitalista que lucra com as guerras e com a instabilidade internacional.

A crise internacional expõe a vulnerabilidade do Brasil, que embora exportador de óleo cru, segue refém da importação de derivados a preços globais. A Petrobrás pode e deve reduzir essa dependência se as FAFENs e refinarias vendidas (como a RLAM/Martaripe) forem reintegradas ao sistema nacional.

Esse grito de soberania é uma verdadeira necessidade frente aos planos violentos de rapina e devastação de Trump e seus aliados para a América Latina e o mundo, e é tarefa dos trabalhadores de todas as partes lutar contra essa barbárie acelerada pelos ricos e poderosos.

Matéria completa no site.

Campanha para a Contribuição Assistencial

A greve petroleira de dezembro de 2025, que durou 16 dias e abalou a Petrobrás, representou um momento histórico. Houve vitórias, mas o “ganho real” foi mínimo (e negado aos Aposentados!).

A história não acabou ali no final da greve, ela segue

firme e em frente com a luta da categoria petroleira.

E neste momento é hora de reconhecer o esforço que foi desprendido e apoiar quem fez a greve. Por isso, o Sindipetro-RJ conchama a categoria para que apoie essa Campanha.

Atenção Grevistas: está disponível o formulário para possibilidade de reembolso dos descontos -

Para solicitar ressarcimento dos dias descontados na greve, com possibilidade de pagamento parcial ou integral, dependendo da situação da arrecadação obtida na campanha da Contribuição Assistencial, é necessário enviar a documentação comprobatória por meio do formulário disponibilizado pelo Sindicato. Acesse o QR-Code para ver as regras e preencher o formulário:



Oposição à Contribuição Assistencial - Se você tiver a certeza de que não quer contribuir, estamos garantindo o direito individual de quem não quer ter uma postura solidária e combativa para com esta Campanha. Acesse o formulário:



Ato no EDISEN - Na terça (24), aposentados da base do RJ cobraram da Petrobrás o pagamento da dívida com a Petros. Eles seguem mobilizados em atos semanais alternados entre a sede da Petrobrás e a sede da Petros.



Trabalhadores da base do Sindipetro RJ referendaram a delegação para o 6º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, que será realizado em São Paulo entre os dias 18 e 21 de abril. Com a participação de mais de 700 petroleiros nas assembleias, a delegação foi eleita e será composta por cerca de 50 representantes, entre delegados e suplentes. O evento celebra os 20 anos da Central e tem como objetivo a organização da classe trabalhadora brasileira contra as ofensivas imperialistas e para os desafios no país, buscando consolidar um campo de luta independente e combativo. No encontro, a categoria pautará debates da categoria e estratégicos, reafirmando seu importante papel nas mobilizações da classe trabalhadora brasileira.



23/03: o Sindicato

No dia 23 de março de 1959, o Sindipetro-RJ foi fundado por petroleiros da Refinaria de Manguinhos que já estavam no Sindicato e mantêm na linha de frente da luta por direitos e por um Sistema Petrobrás

Anos 2020 - Em 2025, o Sindipetro-RJ defendeu o Teletrabalho, mobilizando a categoria contra mudanças unilaterais da Petrobrás, incluindo atos massivos, assembleias e greves. O período também foi marcado por denúncias sobre precarização, defesa dos direitos dos aposentados, dos terceirizados e debates sobre PLR e PCCS. Ao final do ano, a categoria manteve o protagonismo com mobilizações e realização de Grande Greve de 16 dias em dezembro, que entrou para a história do sindicalismo nacional, reforçando a resistência contra retrocessos e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em 2024, o Sindipetro-RJ manteve forte atuação nas negociações coletivas, com destaque para a posse da nova diretoria (triênio 2024-2027) com o lema da independência de pa-

trões e governos. Foram garantidos acordos de PLR e reajuste salarial de 4,5%, além da continuidade das mobilizações dos aposentados e dos terceirizados.

Em 2023, após a derrota de Bolsonaro nas urnas, os petroleiros cobram do governo Lula o fim das privatizações, entregando uma pauta com mais de 30 reivindicações. Em 2022, greves e paralisações, como no CNCL e entre terceirizados do TABG, reforçam a luta por direitos. Em 2021, ocorrem mobilizações como a greve da PBIO e denúncias envolvendo a gestão da Petrobrás.

2020 foi um dos anos mais difíceis para a humanidade com a pandemia de COVID-19 que impõe novos desafios: a categoria é obrigada a enfrentar perdas de colegas diante de uma

gestão negacionista, mas luta! Destaque para a greve nacional contra o fechamento da FAFEN Araucária e combate às tentativas de redução salarial. O Sindicato intensifica a defesa da vida e dos direitos, além de combater privatizações.

Anos 2010 - A década é marcada pelo avanço das privatizações e por intensos conflitos trabalhistas. Em 2019, no marco dos 60 anos do Sindicato, assembleias massivas rejeitam propostas da Petrobrás e preparam a greve de 2020. Em 2018, há grandes mobilizações contra os PEDs, o PPI e as privatizações, incluindo a queda do presidente da Petrobrás. Entre 2016 e 2017, o cenário político se agrava com o impeachment de Dilma, a ascensão de Temer e protestos como o Ocupa Brasília.



A FNP participou do Congresso Energético das Américas, organizado este mês pela FITEHLYC no Panamá. Estiveram reunidos representantes de sindicatos de petroleiros de 10 países da América Latina e Caribe para fortalecer a unidade contra o neoliberalismo, discutir a “transição energética justa”, soberania energética e defesa dos direitos trabalhistas.

Em cenário de profunda instabilidade na geopolítica mundial, o encontro reafirmou a urgência da unidade entre os trabalhadores do setor de energia, óleo e gás de todo o continente. Veja o vídeo da saudação do secretário-geral da FNP e diretor do Sindipetro-RJ, Eduardo Henrique, na abertura (17/03) do Congresso e compartilhe:



Donizete, do QRC, e a diretora do Sindipetro-RJ, Ana Paula Baião. Veja o vídeo e compartilhe:



Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial (21/03)

No sábado (21/03), o Sindipetro-RJ através de sua diretora Ana Paula Baião acompanhou o Seminário “Reparação Histórica: um contraponto às ações afirmativas” realizado na antiga sede da Escola de Samba Portela, no bairro Oswaldo Cruz. No evento foi apresentado o processo aberto pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o Banco do Brasil que cobra o pagamento de

reparação por escravidão. O inquérito foi proposto por um grupo de 14 historiadores de 11 universidades que constatou a presença de notórios traficantes de escravos entre os fundadores e acionistas do BB.

E o Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe (QRC), ligado à CSP-Conlutas, apresentou a cartilha “O Que é Reparação Histórica da Escravidão”, uma publicação que marca os 330 anos da imortabilidade de Zumbi dos Palmares na luta pelo fim da escravidão. Também participaram do seminário: o Movimento Negro Unificado (MNU); União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e a Coordenação Nacional das Entidade Negras (CONEN).

O completou 67 anos de luta

há alguns anos na luta por melhores condições de trabalho. Hoje, são 67 anos de atuação e ao longo dessa trajetória, o 100% estatal para garantir um Brasil mais justo e igualitário. Veja o resumo das décadas:

Em 2015, a greve histórica de 26 dias enfrenta retirada de direitos e o plano de desinvestimentos. Em 2014, a Lava-Jato impacta profundamente o setor. Em 2013, protestos contra o leilão de Libra e as jornadas de junho mobilizam fortemente a categoria. Em 2010, é fundada a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) para fazer uma luta independente de patrões e governos selando o rompimento com a FUP.

Anos 2000 - O Sindicato enfrenta reformas e reestruturações no setor. Em 2007, trabalhadores ocupam a sede da ANP contra leilões do petróleo. Em 2006, mudanças na Petros e nos direitos previdenciários marcam o período e impulsionam a organização sindical. Em 2002, é vetada a anistia aos grevistas de 1995, mantendo viva a memória de um dos momentos mais

duros da categoria.

Anos 1990 - A década é marcada por forte enfrentamento ao neoliberalismo. Em 1995, a histórica Greve de 32 dias contra a quebra do monopólio do petróleo sofre repressão e bloqueio de recursos do Sindicato. Em 1994 e 1991, grandes paralisações demonstram a capacidade de mobilização da categoria contra privatizações e retirada de direitos.

Anos 1980 - A luta se amplia para além das pautas salariais. Em 1983, greves em refinarias enfrentam perseguições, enquanto em 1980 a saúde do trabalhador entra definitivamente na agenda, com destaque para a denúncia de condições degradantes e da exposição ao benzeno.

Anos 1960 e 1970 - Sob a ditadura, o Sindicato sofre intervenções e repressão. Entre 1965 e 1968, há intervenções diretas, eleições anuladas e o impacto do AI-5, evidenciando um período de forte restrição à organização dos trabalhadores.

Na década de 1960, o Sindicato amplia sua representação para os empregados da Petrobrás, consolidando sua base.

Origens - anos 1950 - A história começa a partir da mobilização dos trabalhadores, impulsionada pela greve na refinaria de Manguinhos em 1958. Em 23 de março de 1959, é fundado o Sindicato dos Petroleiros, dando início a uma trajetória marcada por organização, resistência e luta coletiva.

Vem pra luta! Filie-se ao Sindipetro-RJ!



Sindipetro-RJ vislumbra possibilidades de avanço

A audiência no CEJUSC desta quarta-feira (25/03) trouxe um desdobramento importante quando o MPT apresentou uma alternativa que converge com a postura defendida pelo Sindipetro-RJ desde o princípio, garantindo a liberdade de escolha para que cada trabalhador decida entre aderir ao acordo ou prosseguir com a ação judicial.

A sinalização da Petrobrás de submeter essa proposta à sua diretoria para nós é um avanço fruto da nossa luta nesse processo.

Em síntese, em relação aos sindicatos que não aceitaram o acordo, a ação coletiva prosseguiria – e consequentemente prosseguirão as ações individuais de execução provisória – mas sendo facultado aos trabalhadores destas bases territoriais (RJ, LP, AL/SE e Amazônia) que possam aderir, individualmente, ao acordo proposto pela Petrobrás, com o recebimento do valor

já proposto pela empresa.

A “taxa de fomento à negociação” não será paga aos sindicatos neste caso.

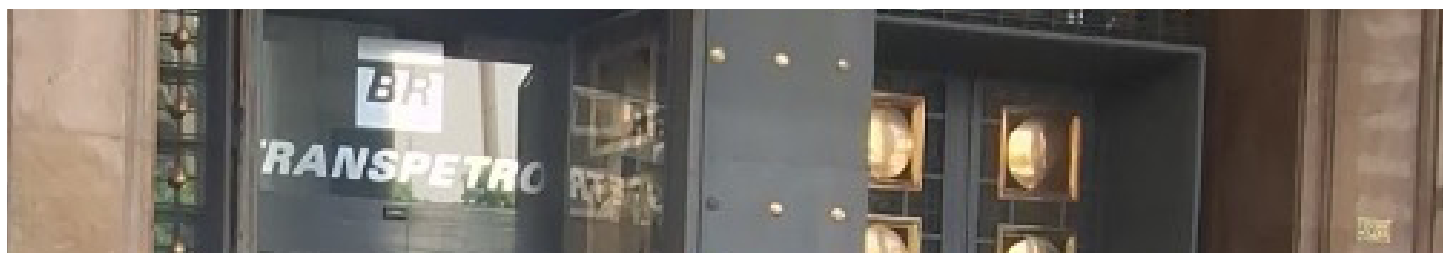
A Petrobrás levará a proposta do MPT para deliberação da governança interna da empresa e informará nos autos do processo, até o dia 22/04/2026, se a proposta foi aceita.

O Sindipetro-RJ entende que a proposta apresentada pelo MPT está de acordo com uma linha mais democrática defendida por estes sindicatos, não gera prejuízo a nenhum impactado e segue auferindo enorme vantajosidade para a empresa na conta geral.

O dirigente do Sindipetro-RJ, Igor Mendes, traz atualizações importantes sobre essa audiência no CEJUSC. **Assista:**



INFORME JURÍDICO



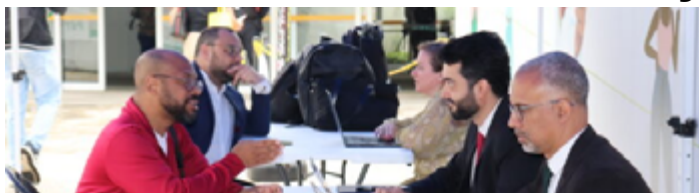
Reflexos de horas

O direito conquistado pelos sindicatos em favor dos trabalhadores da Transpetro no âmbito da ação coletiva de reflexos de horas não compensadas de trabalhadores da Transpetro já pode ser executado individu-

almente por cada um dos trabalhadores. O Sindicato informa que já começou a distribuição individual dessas ações (não se trata da ação da PLR 2019).



Atendimento jurídico itinerante



No dia 12/03, no CENPES, o Sindicato inaugurou o projeto “Van de mecum” que vai levar suporte jurídico gratuito a toda a categoria petroleira, facilitando o acesso a informações sobre ações coletivas e individuais. A van percorrerá as unidades com advo-



gados do Sindicato para consulta de processos, recebimento de documentos e abertura de ações. **As próximas paradas serão no TABG (17/04) e no Aeroporto de Maricá (29/04).** Veja o vídeo e compartilhe:

